



SÍNTESE

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

2

0

1

6

O OGE é o principal instrumento de gestão, contendo a previsão das receitas e despesas públicas. A presente síntese contém os principais argumentos de fundamentação do OGE referente ao exercício económico de 2016, que baseou-se numa perspectiva de avaliação da situação económico-financeira internacional e do país; de evolução e previsão das receitas e despesas orçamentais e de avaliação do financiamento do défice orçamental para o ano fiscal de 2016.

ÍNDICE

1	ENQUADRAMENTO	2
2	DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS DO CONTEXTO INTERNACIONAL.....	2
2.1	PRODUTO INTERNO BRUTO MUNDIAL.....	2
2.2	INFLAÇÃO E PREÇOS.....	3
2.3	TAXAS DE JURO	4
2.4	COMÉRCIO EXTERNO.....	4
3	A ECONOMIA ANGOLANA EM 2015 E PERSPECTIVAS.....	5
3.1	A ECONOMIA ANGOLANA EM 2015	5
3.2	PREVISÕES MACROECONÓMICAS PARA 2016	8
4	OBJECTIVOS NACIONAIS.....	10
4.1	OBJECTIVOS NACIONAIS DE MÉDIO PRAZO.....	10
4.2	OPÇÕES ESTRATÉGICAS E POLÍTICAS DE ESTADO.....	11
4.2.1	Política Macroeconómica (Estabilidade, Crescimento, Emprego).....	11
4.2.2	Política para o Sector Real da Economia.....	11
4.2.3	Política para o Sector Social.....	11
4.2.4	Política de Desenvolvimento Equilibrado do Território Nacional	12
4.2.5	Política Ambiental	12
4.2.6	Política de Defesa e Segurança Nacional	12
5	PROPOSTA DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2016	13
5.1	ENQUADRAMENTO FISCAL DE MÉDIO PRAZO	13
5.2	A POLÍTICA FISCAL EM 2015 E A DÍVIDA PÚBLICA.....	14
5.3	POLÍTICA FISCAL PARA 2016.....	15
5.3.1	Medidas de Política Orçamental do Lado da Receita.....	15
5.3.2	Medidas de Política Orçamental do Lado da Despesa	16
5.4	CENÁRIO FISCAL PARA 2016	17
5.4.1	Leitura Funcional e Territorial do OGE 2016	17
5.4.2	Fluxos de Origens e Aplicações de Recursos.....	18
5.5	RISCOS PARA O CENÁRIO FISCAL	21

1 ENQUADRAMENTO

1. O Orçamento Geral do Estado (OGE) referente ao exercício económico de 2016 foi elaborado de acordo com a Lei n.º 15/10, de 14 de Julho – Lei-quadro do Orçamento Geral do Estado (OGE).
2. Em observância ao estipulado no Artigo 18.º da referida lei, a fundamentação do OGE constitui a introdução ao Projecto de Lei Orçamental, contém o seguinte:
 - a) A exposição circunstanciada da situação económico-financeira do País;
 - b) A evolução das receitas e despesas orçamentais realizadas nos dois últimos exercícios financeiros;
 - c) A restilação da receita prevista e a execução provável da despesa fixada para o exercício em que a proposta é apresentada;
 - d) A previsão da receita e despesa fixada para o exercício a que se refere a proposta; e
 - e) A avaliação do financiamento do défice orçamental, caso exista, no exercício a que se reporta a proposta.
3. O presente documento faz uma síntese do relatório de fundamentação do OGE referente ao ano fiscal de 2016.

2 DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS DO CONTEXTO INTERNACIONAL

2.1 PRODUTO INTERNO BRUTO MUNDIAL

4. Abrandamento dos mercados emergentes e países de rendimento baixo, queda do preço do petróleo e expectativas de apreciação do dólar norte-americano abrandam o crescimento da economia mundial, enquanto os principais riscos do cenário macroeconómico mundial direccionam-se para o conjunto das economias emergentes e em desenvolvimento.
5. Comparativamente as previsões de Julho de 2015, as previsões de Outubro são, de facto, menos animadoras, com as revisões em baixa em 0,2pp do crescimento do PIB para ambos os anos, 2015 e 2016. Em 2014, o crescimento do conjunto das economias emergentes e em desenvolvimento foi de 4,6%, e para o ano de 2015 espera-se uma desaceleração para 4,0%. Para o ano 2016, o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê um ligeiro reforço no crescimento deste grupo de economias, esperando-se que evolua a uma taxa de 4,5%. Este reforço é justificado pelo impacto esperado no crescimento do PIB mundial do substancial reforço que se prevê para o crescimento das economias da Rússia e do Brasil em 2016, não obstante os prognósticos continuam a indicar que estas economias continuarão a passar, em 2016, pelo difícil momento de recessão económica que experimentam hoje.
6. Economias emergentes e de rendimento baixo altamente dependentes de receitas das commodities são desafiadas a actualizar as suas políticas, para tornarem suas economias mais resilientes aos choques que enfrentam no momento, enquanto a comunidade internacional apela aos países a inclusão nos seus quadros macroeconómicos os impactos da

mudança climáticas, um maior foco na inovação tecnológica e um maior empoderamento das mulheres na economia.

Taxa de Crescimento do Produto Mundial

Economias	Estrutura do PIB Mundial PPC	2013	2014	2015	2016P
Mundo	<i>em percentagem</i>	3,3	3,4	3,1	3,6
I) Economias Avançadas	42,9	1,1	1,8	2,0	2,2
E.U.A	15,9	1,5	2,4	2,6	2,8
Zona Euro		-0,3	0,9	1,5	1,6
1. Alemanha	3,4	0,4	1,6	1,5	1,6
2. Espanha	1,4	-1,2	1,4	3,1	2,5
3. França	2,4	0,7	0,2	1,2	1,5
4. Itália	2,0	-1,7	-0,4	0,8	1,3
5. Portugal	0,3	-1,6	0,9	1,6	1,5
Japão	4,4	1,6	-0,1	0,6	1,0
Reino Unido	2,4	1,7	3,0	2,5	2,2
II) Economias Emergentes e em Desenvolvimento	57,1	5,0	4,6	4,0	4,5
BRICS		4,2	3,4	1,7	2,7
1. Rússia	3,3	1,3	0,6	-3,8	-0,6
2. China	16,6	7,7	7,3	6,8	6,3
3. Índia	6,8	6,9	7,3	7,3	7,5
4. Brasil	3,0	2,7	0,1	-3,0	-1,0
5. África do Sul	0,7	2,2	1,5	1,4	1,3
Nigéria	1,0	5,4	6,3	4,0	4,3
SADC*	1,2	5,4	4,6	3,9	4,2

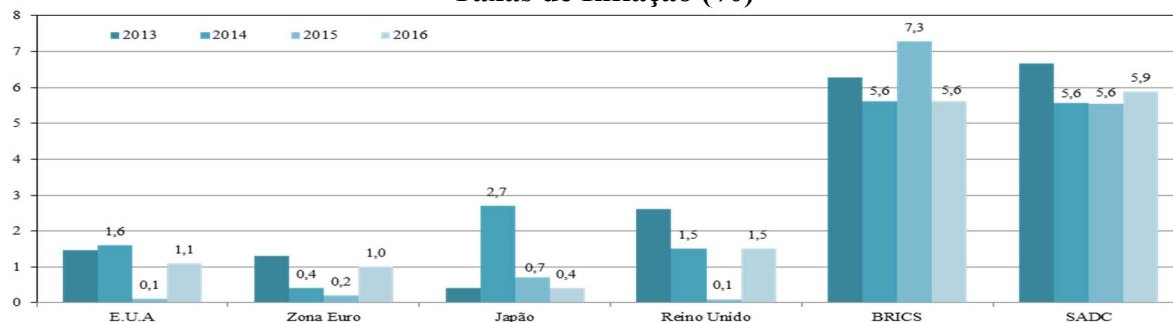
Legenda: PPC – Paridade de Poder de Compra; P – Previsão; *Estimativas Produzidas pelo GERI, Ministério das Finanças, com base na técnica de Média geométrica (caso das taxas de crescimento) e agregação aritmética (caso da participação no PIB Mundial em PPC).

Fonte: WEO, Outubro 2015 – FMI.

2.2 INFLAÇÃO E PREÇOS

- Inflação, em 2015, agravada para o conjunto das economias emergentes e em desenvolvimento, devido a Venezuela e Ucrânia, enquanto nas economias exportadoras de commodities as significativas depreciações nominais da taxa de câmbio exercem pressões inflacionistas. Brasil e Rússia redefinem o curso da taxa de inflação em 2016.
- Em 2015, prevê-se uma queda da inflação nas economias avançadas para níveis próximo de zero, reflectindo a queda do preço do petróleo, devendo a variação do índice de preços ao consumidor se situar em 0,3%, contra 1,4% registado em 2014. As previsões para 2016 apontam para um agravamento da taxa de inflação na generalidade das economias avançadas, esperando-se um aumento para 1,2%, um nível, em termos gerais, abaixo das metas de inflação dos Bancos Centrais.

Taxas de Inflação (%)

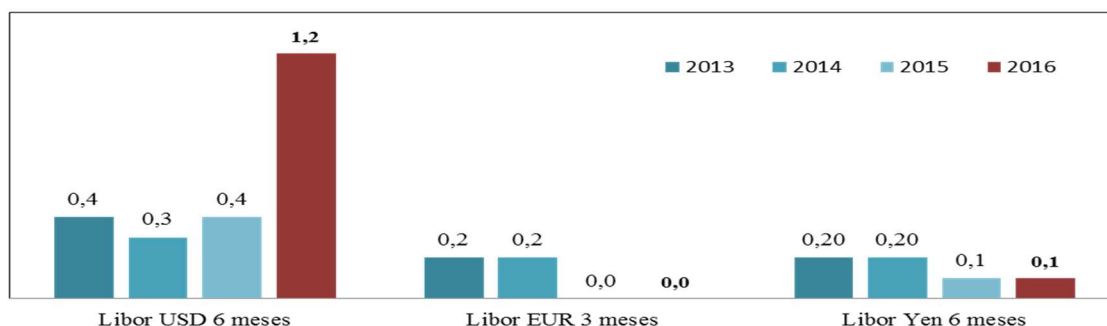


Fonte: WEO, Outubro 2015 – FMI.

2.3 TAXAS DE JURO

9. As perspectivas de normalização da política monetária norte americana e, a consequente apreciação do dólar, estão no cerne das expectativas dos mercados financeiros mundiais.
10. No mercado londrino, as taxas de juro interbancária (London InterBank Offered Rate – LIBOR) deverão registar um importante aumento para os depósitos a 6 meses denominados em dólar norte-americano, passando de 0,4%, em 2015, para 1,2%, em 2016, enquanto para as previsões para depósitos com a mesma maturidade denominados em Yen apontam para a manutenção das taxas de juro em torno de 0,1%.

Taxas de juro



Fonte: WEO, Outubro 2015 – FMI

2.4 COMÉRCIO EXTERNO

11. Para o ano de 2015, as perspectivas de crescimento do comércio mundial, medida na base da evolução da exportação líquida de bens e serviços, são pessimistas. Para o corrente ano, prevê-se uma expansão do comércio mundial em cerca de 2,8%, menos 0,4pp que em 2014. Este desempenho do crescimento do comércio mundial reflecte um conjunto de factores que influenciaram a economia global no primeiro semestre, em particular, a queda da procura de importação da China, a crise económica no Brasil, e em outros países emergentes, assim como a queda do preço do petróleo e das commodities primárias e de flutuações cambiais significativas.

Crescimento do Comércio Mundial de Bens e Serviços (%)

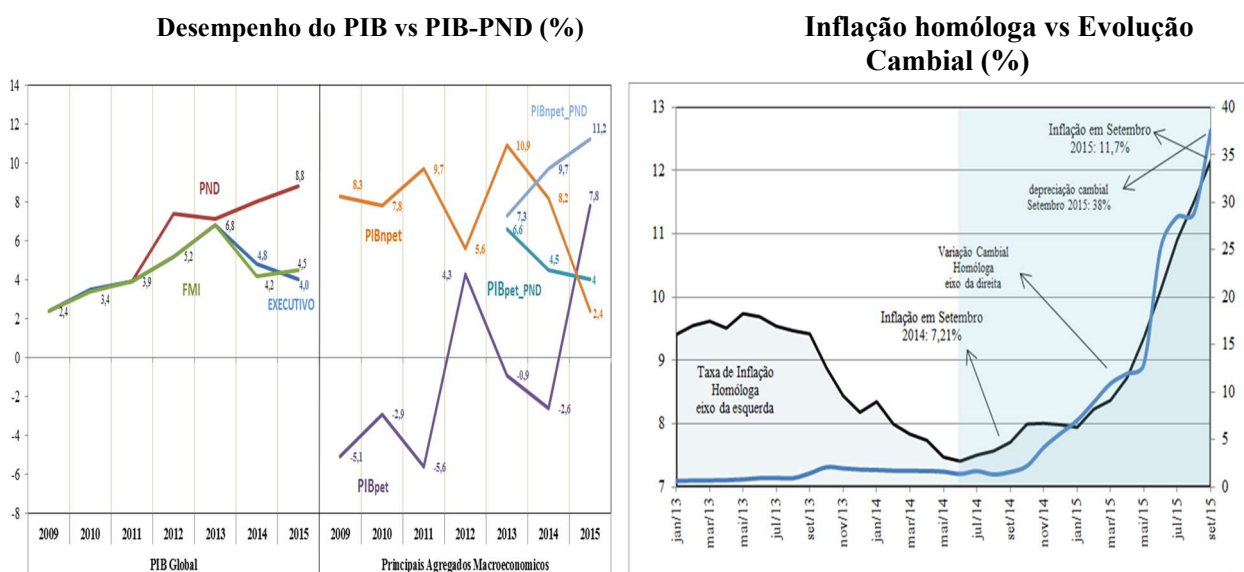
Economias		2013	2014	2015	2016
Mundo	I) Crescimento do Comercio Mundial	3,5	3,2	2,8	3,9
	II) Importações	3,2	3,5	3,0	4,2
	III) Exportações	3,5	3,2	3,4	3,9
Economias Avançadas					
EUA	I) Importações	1,1	3,8	5,9	6
	II) Exportações	2,8	3,4	1,5	1,2
Zona EURO	I) Importações	1,2	4,2	4,9	4,7
	II) Exportações	2,1	3,8	4,6	4,6
Japão	I) Importações	3,1	7,4	0,6	2,6
	II) Exportações	1,2	3,4	1,6	3,2
Reino Unido	I) Importações	1,4	2,4	5,3	4,1
	II) Exportações	1,5	0,5	6,6	4,0
Países Emergentes e Em Vias de Desenvolvimento					
Rússia	I) Importações	4,1	-1,7	-2,1	3,4
	II) Exportações	6,7	-7	-31,2	-0,5
China	I) Importações	9	5,8	3	3,5
	II) Exportações	11,2	7	2,5	3,5
India	I) Importações	4,4	3,8	4,3	7,6
	II) Exportações	-3,8	6,1	11,1	7,8
Brasil	I) Importações	2,8	-0,7	8,9	5,4
	II) Exportações	8,4	-0,2	-4,2	-1,5
África do Sul	I) Importações	4,6	2,6	3,4	3
	II) Exportações	1,3	-0,5	2,2	2,4

Fonte: World Trade Organization - Julho 2015
Previsões

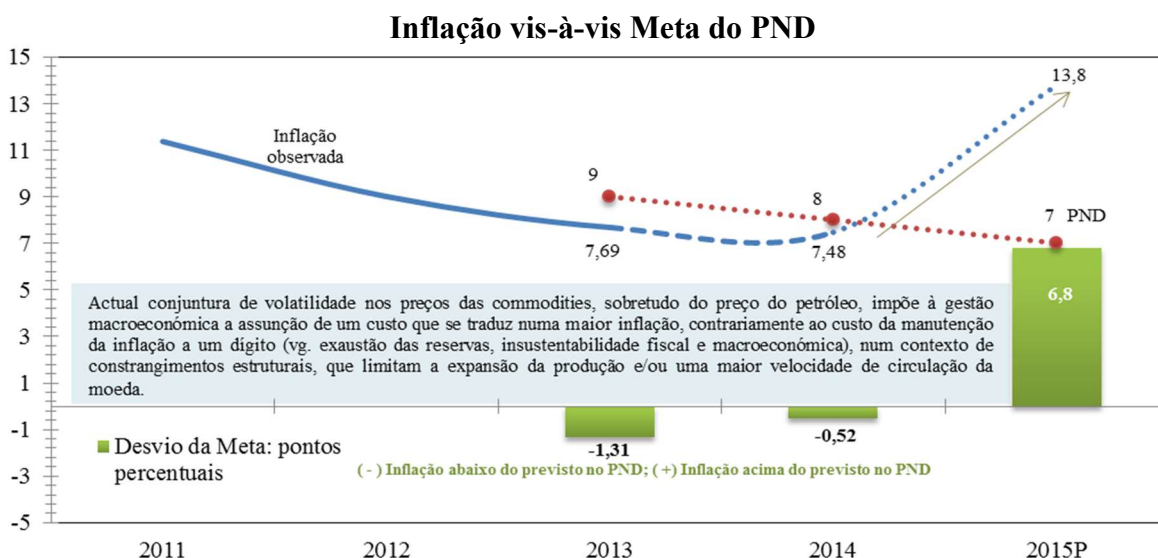
3 A ECONOMIA ANGOLANA EM 2015 E PERSPECTIVAS

3.1 A ECONOMIA ANGOLANA EM 2015

12. O ano 2015 ficou marcado pela transmissão dos efeitos da queda do preço do petróleo, pelo lado da procura agregada da economia, e PIB real modera o crescimento relativamente ao ano 2014.
13. Taxa de inflação retoma a dois dígitos em Julho 2015, desfavorecida pela actual conjuntura. A taxa de câmbio e a quebra da confiança dos agentes económicos estiveram na base do recuo da inflação.



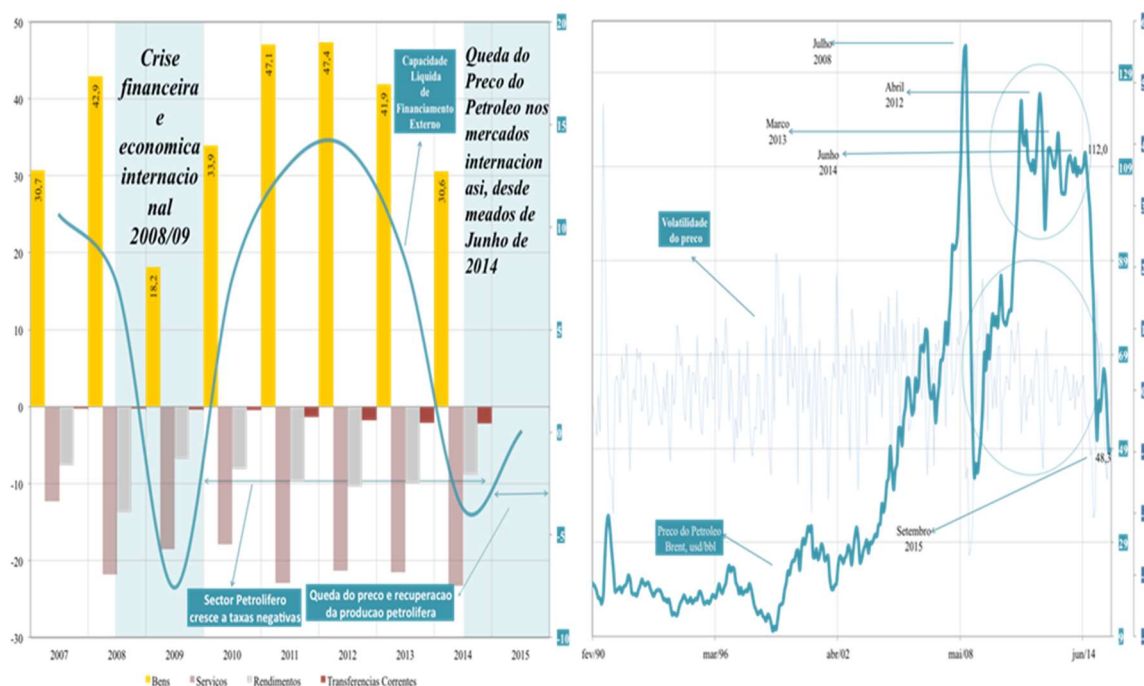
14. Enquanto a longo prazo, a retoma da taxa de inflação para os níveis de um dígito alcançados pelo Executivo desde 2012, exigiria adopção de medidas permanentes de impacto estrutural, no curto prazo, reduzir a inflação a um dígito exigiria, um elevado esforço do lado monetário, com consequências desfavoráveis para a execução da política fiscal.



Fonte: BNA e Plano Nacional de Desenvolvimento 2013 – 2017.

15. Economia regista primeiro défice global externo, desde a crise financeira e económico internacional 2008/09. A Conta Corrente foi o primeiro e canal directo de impacto do preço do petróleo sobre o PIB.
16. As estimativas mais recentes sobre a evolução da capacidade financiamento externo da economia nacional indicam que a liquidez externa da economia a nível da conta corrente deverá cair em 2015 pela metade, esperando-se que o País registre o primeiro défice corrente externo na ordem de US\$ 8.757,27 milhões, depois de seis anos, ou seja, depois do défice de US\$ 7.571,6 milhões registados em 2009, por conta da crise económica mundial.

Capacidade Líquida de Financiamento Externo (% do PIB)



Fonte: BNA.

17. Com a queda do preço do petróleo, o mercado cambial assistiu importantes e sucessivos desequilíbrios no ano corrente, e com elevada depreciação cambial. A taxa de câmbio constitui um dos mais importantes canais de transmissão dos efeitos dos choques do preço do petróleo para o sector real da economia, afectando o crescimento do PIB, quer por via da retracção da componente importada da absorção interna, quer por via da criação de efeitos restritivos do crédito ao sector público e, por esta via, a despesa pública e o PIB, conseqüentemente.

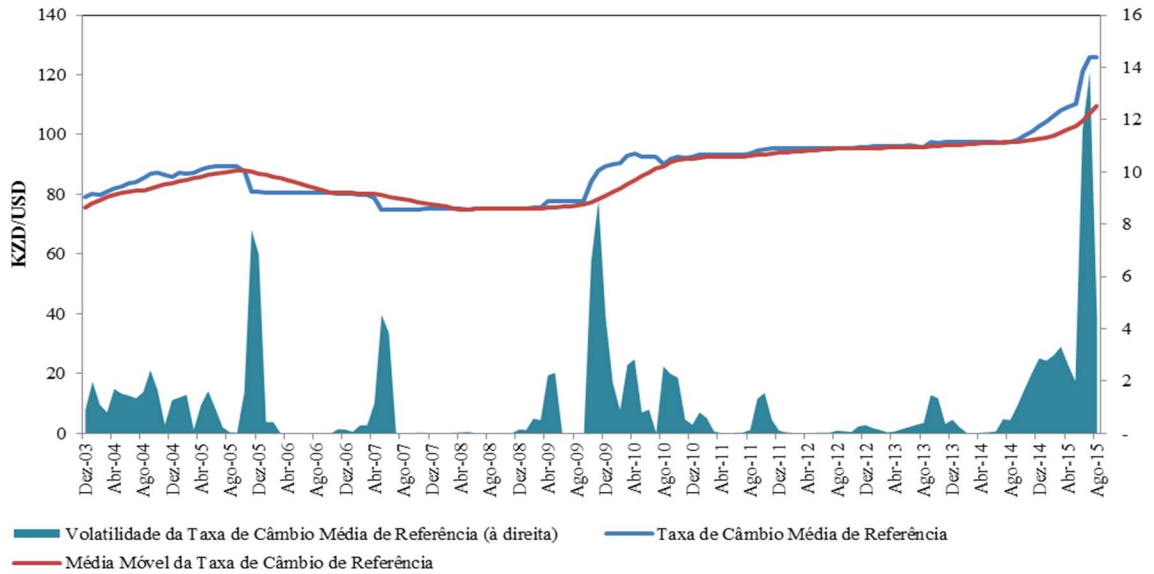
Evolução da Taxa de Câmbio

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Depreciação Nominal Anual Acumulada	18,93	3,63	2,85	0,57	1,87	5,37	22,28*

*Depreciação Anual medida em Agosto.

Fonte: BNA

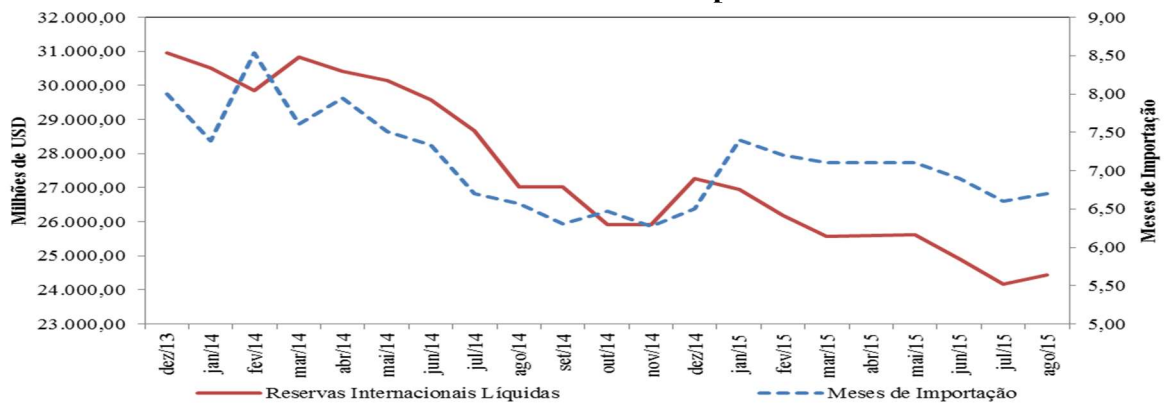
Evolução da Taxa de Câmbio



Fonte: BNA

18. Em termos gerais, para 2015, projecta-se uma variação negativa das reservas internacionais brutas no valor de US\$ 5.154,49 milhões, em razão do agravamento do défice externo em 2015, relativamente ao observado em 2014. Todavia, conforme ilustrado no gráfico abaixo, o actual nível de reservas internacionais encontra-se em patamares adequados para fins preventivos, não obstante a situação conjuntural de preços baixos e elevada pressão cambial.
19. Desde o início de 2015, as Reservas Internacionais Brutas reduziram para USD 24.772 milhões, enquanto as Reservas Internacionais Líquidas registaram uma queda para USD 24.510 milhões, tendo este indicador observado o seu valor mais baixo no mês de Julho, atingindo os USD 24.170 milhões foi atingido em Julho.

Fonte de Procura de Divisas pelo Público



Fonte: BNA

20. Conforme se nota no quadro abaixo, a execução coordenada das políticas fiscal e monetária assentou na combinação de instrumentos quer de política fiscal como de política monetária, com o fim de permitir a gestão da liquidez fina e estrutural do sistema bancário, e uma adequação das reservas do sistema financeiro compatível com a oferta de títulos públicos, bem como viabilizar um reforço a nível da gestão da taxa de câmbio e a protecção das reservas internacionais.

Contabilidade da Coordenação das Políticas Fiscal, Monetária e Cambial

Políticas de Gestão Macroeconómica	2013		2014		2015		Projeções para o IV Trim 2015	
	Milhões de Kwanzas	Efeito Monetário (%)	Milhões de Kwanzas	Efeito Monetário (%)	Milhões de Kwanzas	Efeito Monetário (%)	Milhões de Kwanzas	Efeito Monetário (%)
1 - Política Fiscal	46 878,3	6,4	108 204,3	12,7	196 439,9	21,1	(68 337,1)	(5,5)
Execução do OGE	114 329,4	15,7	226 083,0	26,6	309 793,2	33,3	(83 122,0)	(6,7)
Gestão da Dívida Titulada	(67 451,0)	(9,3)	(117 878,7)	(13,9)	(113 353,3)	(12,2)	14 784,9	1,2
2 - Política Monetária	24 543,9	3,4	5 977,9	0,7	247 912,7	26,6	(250 000,0)	(20,1)
Títulos do Banco Central	78 893,4	10,8	9 300,0	1,1	-	-	-	-
Operações Compromissadas	(54 349,5)	(7,5)	(65 370,8)	(7,7)	291 623,8	31,3	(250 000,0)	(20,1)
Operações de Mercado Aberto	24 538,4	3,4	(43 464,9)	(5,1)	48 876,7	5,3	(250 000,0)	(20,1)
O Estruturais	-	-	-	-	-	-	-	-
Facilidades Permanentes De Liquidez Overnight	(78 887,9)	(10,8)	(21 905,8)	(2,6)	242 747,1	26,1	-	-
Operações de desconto	-	-	62 048,7	7,3	(43 711,1)	(4,7)	-	-
3 - Política Cambial	55 642,5	7,7	(33 063,1)	(3,9)	(148 740,8)	(16,0)	67 500,0	5,4
Operações de Esterilização	1 918 083,3	263,7	1 635 175,5	192,3	305 836,9	32,9	337 500,0	27,1
Outras Operações	(1 862 440,8)	(256,1)	(1 668 238,7)	(196,2)	(454 577,7)	(48,9)	(270 000,0)	(21,7)
4 - Nível I - Políticas Combinadas (1+2+3)	127 064,7	17,5	81 119,1	9,5	295 611,8	31,8	(250 837,1)	(20,1)
5 - Outras Operações do BNA	(3 892,4)	(0,5)	(1 004,4)	(0,1)	(9 513,5)	(1,0)	5 260,4	0,4
Recebimentos Líquidos	8 633,8	1,2	37 567,1	4,4	30 799,8	3,3	5 260,4	0,4
Outras Contas	(12 526,2)	(1,7)	(38 571,5)	(4,5)	(40 313,3)	(4,3)	-	-
6 - Nível II - Políticas combinadas e Operações do STOCKDARBASE MONETÁRIA	123 172,3	16,9	80 114,7	9,4	286 098,3	30,7	(245 576,6)	(19,7)
STOCKDARBASE MONETÁRIA	850 408,5		930 523,2		1 244 949,7		999 373,1	

Fonte: CC-PFM

Evolução dos Agregados Monetários

(Em Mil Milhões de KZ)	2013	2014 Ago	2014	2015 Ago	Variação Acumulada	
					agosto 14	agosto 15
Activos externos (líquidos)	3.325,95	2.791,92	3.097,46	3.344,12	-16,1%	8,0%
Reservas Internacionais Líquidas	3.041,24	2.685,96	2.805,71	3.082,99	-11,7%	9,9%
Em USD	31,15	27,52	27,28	24,51	-11,7%	-10,1%
AIL						
Crédito à administração central (líquido)	- 666,02	- 103,47	69,10	162,13	84,5%	134,6%
Crédito a outros sectores residentes	2.926,43	3.267,10	2.946,70	3.215,32	11,6%	9,1%
Agregados Monetários (MB)	4.396,68	4.830,99	5.110,12	5.385,85	9,9%	5,4%
M2	4.394,74	4.824,96	5.103,48	5.383,16	9,8%	5,5%
Notas e moedas em poder do público	275,55	281,87	339,67	339,13	2,3%	-0,2%
Depósitos Totais	4.119,19	4.543,08	4.763,82	5.044,03	10,3%	5,9%
Depósitos transferíveis	2.309,09	2.615,47	2.757,19	2.891,04	13,3%	4,9%
Outros depósitos	1.810,11	1.927,61	2.006,62	2.152,98	6,5%	7,3%
Outros instrumentos equiparáveis a depósitos	1,94	6,04	6,63	2,69	211,8%	-59,4%

Fonte: BNA

3.2 PREVISÕES MACROECONÓMICAS PARA 2016

- Retoma do Preço do petróleo nos mercados internacionais para níveis mínimos de US\$ 60 continua insustentável, apontando as previsões para uma recuperação fraca do preço do petróleo em 2016 (e anos vindouros), em função das perspectivas de manutenção, em 2016, de uma oferta mundial líquida positiva e uma procura global que se antecipa em baixa, devido ao abrandamento económico da China e ao momento económico da América Latina.

22. Economia crescerá a um ritmo mais moderado em 2016, com estagnação do Sector Público Administrativo, mas consistente com a expectativa de que as estruturas de impacto engendrem uma trajectória descendente de absorção dos choques do preço do petróleo, movendo gradualmente a actividade económica num processo de ajustamento em baixa para um equilíbrio mais estável.

Pressupostos Técnicos Macroeconómicos

INDICADORES	2013 Est.	2014 Est.	2015 PND	2015 (PMER* - Setembro)	2016	
					PND	Pressupostos Técnicos
Taxa de Cambio (Kz/US\$)	96,6	98,3	99,1	125,98	100,1	-
Inflação (%)	7,7	7,5	7,0	13,8	7,0	11-13
Produção Petrolífera (MBbl)	626,3	610,2	732,5	657,7	760,3	689,4
Produção Petrolífera (MBbl) /dia	1 716,0	1 671,7	2,01	1802,0	2 083,0	1 888,8
Preço Médio do Petróleo (US\$/Bbl)	107,7	96,9	92,0	53	89,9	45,0

*PMER – Programação Macroeconómica Executiva Revista (Setembro), Comissão de Coordenação das Políticas Fiscal e Monetária.
Fonte: MPDT

Crescimento e Contribuições para a Taxa de Crescimento do PIB

	2013	2014	2015	2016
Crescimento do PIB Real e Suas Componentes (%)				
PIB	6,8	4,8	4,0	3,3
Agricultura	42,3	11,9	2,5	4,6
Pescas e derivados	2,4	19,1	2,0	0,2
Diamantes e outros	3,3	1,0	3,2	1,0
Petróleo	-0,9	-2,6	7,8	4,8
Indústria transformadora	8,6	8,1	2,6	3,1
Construção	8,1	8,0	3,5	3,1
Energia	34,4	17,3	12,0	20,0
Serviços mercantis	7,0	8,0	2,2	2,4
Outros	0,7	6,0	1,1	0,0
Memória:				
Crescimento do PIB real Não Petrolífero (%)	10,9	8,2	2,4	2,7
PIB Nominal (mil milhões de Kz)	12 056,34	12 462,32	12 745,61	14 218,1
dos quais: Não Petrolífero	7 238,6	8 158,0	9 495,9	10 916,4
Contributos para a Taxa de Crescimento do PIB (%)				
Sector Petrolífero	-0,3	-0,8	2,3	1,5
Sector Não Petrolífero	7,2	5,6	1,7	1,9

Fonte: MPDT;INE;BNA.

3.2.1 Riscos para o Cenário Macroeconómico 2016

3.2.1.1 Risco de Choques Externos

23. **Volatilidade do Preço do Petróleo** – O petróleo representa mais de 90% das exportações totais, contando que estruturalmente a conta de bens – onde são feitas os registos das receitas petrolíferas – é a única fonte de procura líquida de kwanzas, a nível da conta corrente (e em anos consideráveis, a nível da balança de pagamentos), e representa mais de 70% das receitas fiscais. Agregando o facto de, em média, a componente importada da procura interna representar, em média, pouco menos 1/3 da oferta total de bens e serviços, e, média, pouco mais da metade da absorção interna, este quadro configura para a economia nacional um grau elevado de exposição a volatilidade do preço do petróleo.

24. **Transformação Económica da China** – a China é o principal comprador das exportações angolanas. Nos últimos dez anos, a economia chinesa vem registando desacelerações graduais, prevendo-se a mesma tendência nos anos vindouros. Os números do crescimento no WEO de Outubro indicam que a economia da China cresceu em 2007 a taxa de 14,2%, e 7,3% em 2014. As previsões para 2015, 2016, 2017 e 2018 são de 6,85 e 6,3%, 6,0% e 6,1%, respectivamente.

3.3.1.2. Riscos de Choques Internos

25. **Choque da Produção Petrolífera** – O choque de produção justifica-se pelo recente histórico de crescimento negativo da produção petrolífera. Entre 2009 e 2014, o sector petrolífero registou taxas de crescimento negativas, revigorando-se a partir do ano corrente, a uma taxa de 7,8%, apresentando assim o maior contributo para a taxa de crescimento global do PIB em 2015. De facto, desde o ano de 2009, a economia petrolífera ficou marcada por sistemáticos problemas técnico-operacionais e de manutenção, incluindo atrasos no arranque de alguns projectos/blocos, reflectindo uma subqualificação das incertezas e riscos associados aos planos de produção do sector, impactando negativamente o ritmo de crescimento do PIB.

26. **Choque Combinado de Sectores de Produção Seleccionados** – nesta análise combinam-se choques-padrão sobre o crescimento real de sectores económicos, que, no plano qualitativo, são mais sensíveis a ciclo da política fiscal, e tratam-se dos sectores da Agricultura; Indústria Transformadora; Construção; e Serviços Mercantis.

4 OBJECTIVOS NACIONAIS

4.1 OBJECTIVOS NACIONAIS DE MÉDIO PRAZO

27. As linhas de orientação para o desenvolvimento do País estão definidas na Estratégia Angola 2025, cuja implementação tem sido realizada através da prossecução das metas anuais definidas no PND 2013-17.

28. A semelhança dos anos anteriores do horizonte do PND, para o ano 2016, as políticas de desenvolvimento sectorial e de desenvolvimento territorial do Executivo orientam-se para a concretização dos objectivos nacionais definidos no Plano, e são os seguintes:

- (i) Preservação da unidade e coesão nacional;
- (ii) Garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento;
- (iii) Melhoria da qualidade de vida;
- (iv) Inserção da juventude na vida activa;
- (v) Desenvolvimento do sector privado;
- (vi) Inserção competitiva de Angola no contexto internacional.

4.2 OPÇÕES ESTRATÉGICAS E POLÍTICAS DE ESTADO

4.2.1 Política Macroeconómica (Estabilidade, Crescimento, Emprego)

29. O objectivo da política macroeconómica é assegurar a criação de uma condição macroeconómica estável para que a economia nacional possa engendrar um crescimento não inflacionista, com criação líquida de emprego, sem défices e dívida excessivos, contando com uma participação crescentemente activa do sistema financeiro. A mesma contempla quatro instrumentos e são os seguintes:

- a) Programa de Controlo da Inflação;
- b) Programa de Sustentabilidade das Contas Publicas;
- c) Programa de Estabilidade Cambial; e
- d) Programa de Regulação do Sector Financeiro

4.2.2 Política para o Sector Real da Economia

30. As bases para a intensificação do processo de diversificação estrutural da economia estão a ser lançadas com programas e projectos estruturantes nos domínios da energia, águas, vias de comunicação, telecomunicações.

31. A implementação destas prioridades far-se-á com base nos seguintes programas de acção fundamentais, norteados pelos objectivos que abaixo se identificam:

- a) Programa de Diversificação da Produção Nacional;
- b) Programa de Criação de Clusters Prioritários; e
- c) Programa Angola Investe;

4.2.3 Política para o Sector Social

32. A execução das prioridades neste domínio far-se-á, em 2016, de acordo com os seguintes programas de acção norteados pelos objectivos que abaixo se identificam:

- a) Actualização da Política de População;
- b) Implementação Racionalizada da Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Recursos Humanos;
- c) Valorização da Família e Melhoria das Suas Condições de Vida;
- d) Promoção da Igualdade de Género;
- e) Valorização e Protecção Social do Idoso;
- f) Protecção Integral dos Direitos da Criança;
- g) Integração dos Movimentos Migratórios na Política Nacional de População;

- h) Melhoria das Condições de Vida dos Ex-Militares e Suas Famílias;
- i) Promover o desenvolvimento humano e educacional;
- j) Promover de forma sustentada o estado sanitário da população angolana;
- k) Promoção do acesso de todos os cidadãos aos benefícios da cultura sem qualquer tipo de discriminação; e
- l) Promover a generalização da prática desportiva nas diferentes camadas da população.

4.2.4 Política de Desenvolvimento Equilibrado do Território Nacional

33. O cumprimento destas prioridades far-se-á, em 2016, de acordo com os seguintes programas de acção fundamentais, norteados pelos objectivos que abaixo se destacam:
- a) Estruturação do Povoamento e Ordenamento do Território;
 - b) Construção de uma Rede Integrada de Transportes e Comunicações;
 - c) Modernização das Capitais de Província;

4.2.5 Política Ambiental

34. A entrada em vigor destas em 2016 far-se-á através dos seguintes programas, visando a concretização dos pressupostos de um ambiente sustentável, como na melhoria da qualidade de vida:
- a) Programa de Gestão Ambiental;
 - b) Programa de Gestão Sustentável dos Recursos Naturais;
 - c) Programa Nacional de Qualidade Ambiental;
 - d) Programa Nacional das Alterações Climáticas;
 - e) Programa de Conservação da Biodiversidade e Áreas de Conservação;
 - f) Programa de Saneamento Liderado pelas Comunidades;
 - g) Programa de Educação e Sensibilização Ambiental;
 - h) Programa de Monitorização Ambiental;
 - i) O Programa Nacional de tecnologias Ambientais e Normas Tecnológicas;
 - j) Programa Legislativo e Capacitação Institucional;

4.2.6 Política de Defesa e Segurança Nacional

35. A implementação destas prioridades far-se-á com base nos seguintes programas de acção fundamentais, norteados pelos objectivos que abaixo se identificam:
- a) Melhoria da Qualidade das Capacidades Técnica, Operacional, Logística e Infra-estrutural das Forças Armadas;
 - b) Qualificação Técnica e Profissional dos Recursos Humanos das Forças de Segurança;
 - c) Revisão da Legislação Fundamental sobre Defesa Nacional e Forças Armadas;

- d) Revisão da Legislação Fundamental sobre Segurança e Ordem Interna e
- e) Garantia da Segurança Pública e da Integridade e Controlo das Fronteiras Nacionais e Combate à Criminalidade.

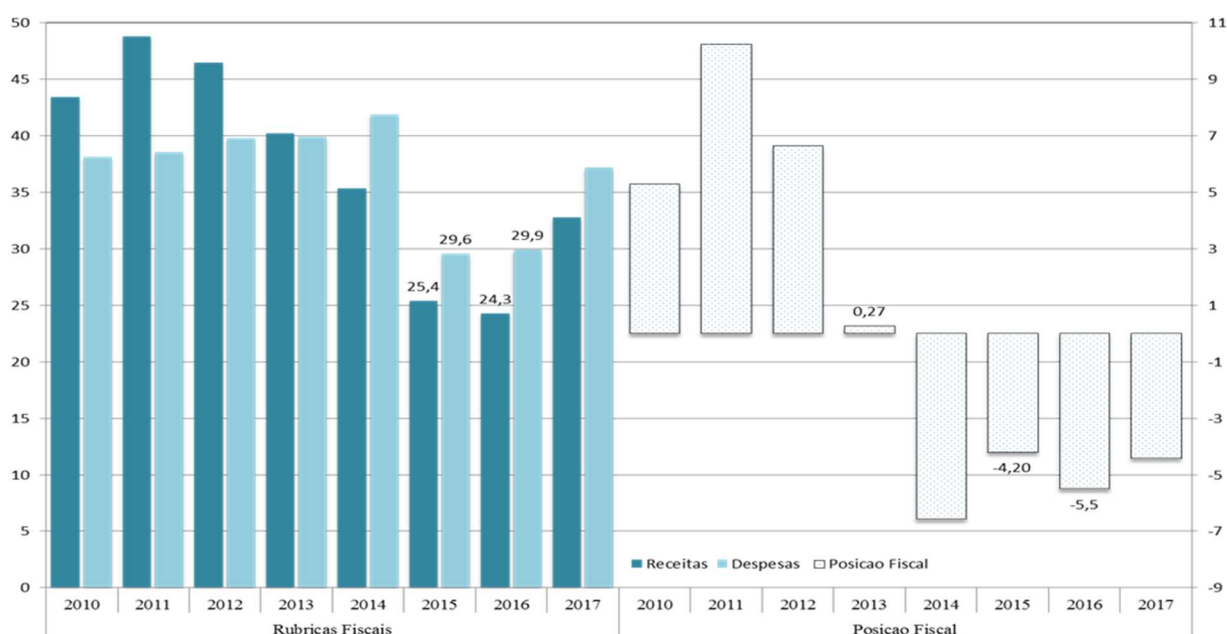
5 PROPOSTA DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2016

5.1 ENQUADRAMENTO FISCAL DE MÉDIO PRAZO

36. A Política Fiscal é um dos instrumentos do Executivo para atingir objectivos nas áreas económica e social. O seu enquadramento no horizonte 2013-2017 consubstancia-se no Quadro Fiscal de Médio Prazo, enquanto peca do arranjo fiscal de articulação instrumental com o PND 2013-2017, dando perspectivas indicativas do envelope de recursos das opções do Executivo, em sede do Orçamento Geral do Estado.

37. Projecções de médio prazo indicam uma recuperação lenta do preço, no horizonte projecção até 2022, e quadro fiscal estrutural contempla novos desafios, desde preços mais baixos para as commodities ao reforço do quadro de gestão de activos e da solidez das finanças públicas.

Quadro Fiscal de Médio Prazo, percentagem do PIB



Fonte: Ministério das Finanças

- 38. Perspectivas de crescimento até 2017 são positivas, e quadro de avaliação de riscos não antecipa a ocorrência de recessão económica no período 2015-2017.
- 39. As prioridades da política fiscal continuam a ser definidas pelo PND 2013-17, no âmbito do Programa de Sustentabilidade das Contas Públicas, cujo propósito é assegurar uma maior solidez das finanças públicas, através do desenvolvimento da receita não petrolífera.

Prioridades de Política Fiscal

Domínios	Prioridades
<i>Macro-Fiscal (relação da política fiscal com a macroeconomia)</i>	manter-se consistente com o modelo de gestão macroeconómica do País, por via da articulação com a política monetária; assegurar um crescimento económico realisticamente consistente com a sustentabilidade intertemporal das finanças públicas; assegurar, através do Quadro Fiscal de Médio Prazo, uma elevada disciplina fiscal agregada e a sustentabilidade das Finanças Públicas a médio prazo;
<i>Receita Pública</i>	<i>Desenvolver a receita não petrolífera:</i> continuar com a implementação da política nacional de reforma tributária e das finanças públicas, iniciada no âmbito do Projecto Executivo de Reforma Tributária;
<i>Despesa Pública</i>	Continuar os esforços de melhoria da qualidade e eficiência da despesa de incidência na Administração Pública do Estado; Continuar os esforços de racionalização da despesa pública de incidência no sector empresarial público, por via da optimização da subsidiação da economia e do esforço financeiro do Estado nas empresas públicas.

Nota: Programa de Sustentabilidade das Contas Públicas”, no âmbito da Política de Estabilidade e Regulação Macroeconómica, PND 2013-2017.

5.2 A POLÍTICA FISCAL EM 2015 E A DÍVIDA PÚBLICA

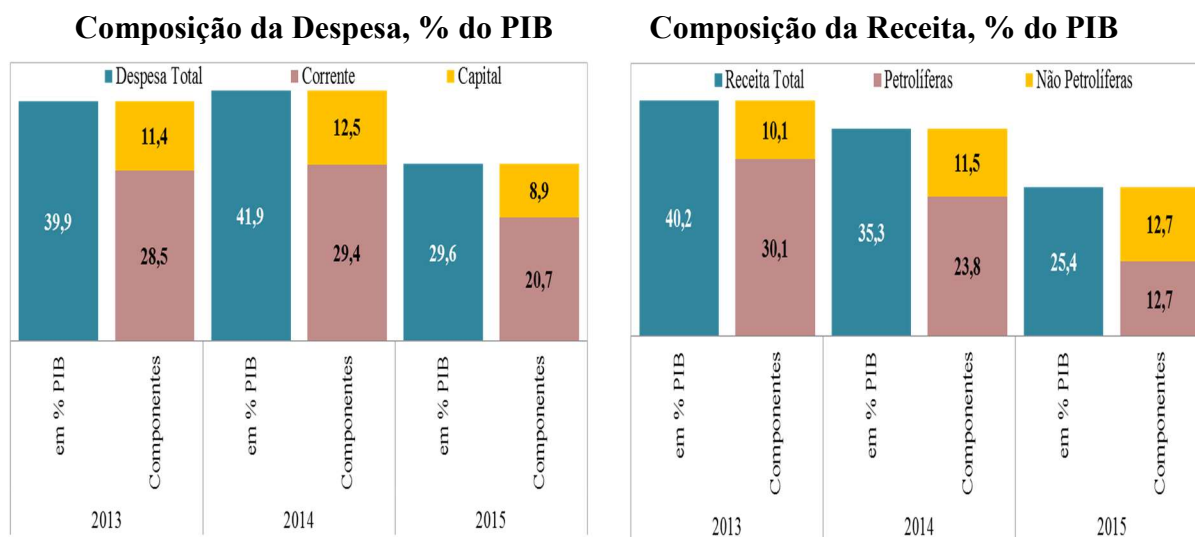
40. Entre o III Trimestre de 2014 e o III Trimestre de 2015, a receita petrolífera registou uma queda de 50,4%, passando de Kz 787,4 mil milhões para Kz 390,7 mil milhões. A queda da receita total, no mesmo período, foi significativa, mas menos acentuada na ordem de 35,5%, tendo evoluído de 1.145,1 mil milhões para Kz 743,3 mil milhões. Os efeitos da queda do preço do petróleo repercutiram-se igualmente a nível da receita não petrolífera, que em função da revisão em baixa do crescimento do PIB de 9,7% para 6,6%, e de perspectivas de abrandamento da componente importada procura interna, registou uma queda homóloga no II Trimestre de 2015 na ordem de 6%, em particular, a nível da componente aduaneira da receita.

Ajuste Fiscal de Março 2015

PRESSUPOSTOS	OGE Inicial	OGE Revisto	Rubricas Orçamentais	AJUSTE FISCAL			
				OGE Inicial	OGE Revisto	Varição Percentual	Varição % do PIB
Taxa de Cambio (Kz/US\$)	99,1	112,5	Receita Total	4 184,9	2 695,1	-35,6	-24,7
Inflação (%)	7,0	9,0	Receita Petrolífera	2 551,2	1 039,2	-59,3	-52,4
Produção Petrolífera (MBbl)	669,1	669,8	Receita Não Petrolífera*	1 633,6	1 655,9	1,4	18,5
Preço Médio do Petróleo (US\$/Bbl)	81,0	40,0	Despesa Total	4 969,7	3 499,1	-29,6	-17,7
PIB (valor nominal: Kz mil milhões)	13.480,9		Despesa Corrente	3 602,3	2 867,9	-20,4	-7,0
Crescimento Real	9,7	4,9	Dos quais Bens e Serviços	1 374,4	692,3	-49,6	-41,1
Sector Petrolífero	10,7	7,8	Despesa de Capital	1 367,4	631,2	-53,8	-46,1
Sector Não Petrolífero	9,2	3,6	Défice Fiscal**	-7,6	-7,0		Política Fiscal Restritivamente Orientada

*Em percentagem do PIB; Fonte: Ministério das Finanças.

41. As projecções de fecho para 2015 apontam que a despesa pública deverá registar uma queda de 21,6% face ao nível de despesa executada em 2014, devendo atingir em 2015 um montante de Kz 3.776,2 milhões. A despesa corrente estima-se em Kz 2.639,7 mil milhões, representando 20,7% do PIB, enquanto a despesa de capital estima-se que venha situar-se em Kz 1.136,5 mil milhões, correspondendo a 8% do PIB.



5.3 POLÍTICA FISCAL PARA 2016

42. Reformas fiscais estruturais devem prosseguir em 2016, não apenas para não corrigir o espaço fiscal a favor de uma maior acomodação das opções do Executivo nos domínios económico e social, mas igualmente para assegurar o reforço da solidez das finanças públicas, e potenciar e viabilizar o necessário ajuste fiscal para a estabilização dos desequilíbrios macroeconómicos prevaletentes.

5.3.1 Medidas de Política Orçamental do Lado da Receita

5.3.1.1 Medidas Fiscais

- Reforçar os mecanismos de actuação da Administração Geral Tributaria (AGT);
- Dar continuidade ao processo de fiscalização dos contribuintes incumpridores no pagamento do IRT;
- Implementar as Brigadas Fiscais para a cobrança domiciliar;
- Optimização das despesas fiscais, ao abrigo da antiga e nova lei do investimento privado;
- Reforço da fiscalidade verde, para evidenciar a tributação latente no sector do ambiente; e
- Desencadear acções com vista a adequação da Lei das Finanças Locais, no sentido de ajustar o Diploma ao actual momento da Administração Fiscal e Tributária.

5.3.1.2 **Medidas Não Fiscais**

- Dar continuidade ao processo de modernização, visando à melhoria da performance das Repartições Fiscais;
- Ajustar os preços das rendas de casa, cujo arrendatário é o Instituto Nacional da Habitação;
- Dar continuidade ao processo de reforço da capacidade de cobrança das empresas prestadoras dos serviços de energia e água;
- Instituição de uma Contribuição Especial sobre o Sector Bancário;
- Aumento da tributação sobre as operações de crédito para o sector não produtivo da economia, com a excepção das operações de crédito ao consumo; e
- Adopção de um modelo de ajustamento automático de preço dos combustíveis.

5.3.2 **Medidas de Política Orçamental do Lado da Despesa**

5.3.2.1 **Medidas de Incidência no Sector Público Administrativo (SPA)**

- Admitir novos agentes apenas para a operacionalização das novas infraestruturas construídas dos sectores da educação e saúde e para novas unidades orgânicas, mediante a autorização prévia;
- Suspender o processamento de horas extraordinárias, excepto as relacionadas com bancos de urgência das unidades hospitalares;
- Desencadear acções de fiscalização do cumprimento da legislação em vigor no processamento de horas acrescidas e chamadas pelas Unidades hospitalares;
- Optimizar o quadro do pessoal das missões diplomáticas e consulares, em sede da Comissão Interministerial;
- Finalizar o processo de cadastramento presencial, com dados biométricos, dos funcionários públicos e agentes administrativos civis;
- Iniciar o recadastramento com dados biométricos, dos beneficiários de pensões dos antigos combatentes e autoridades tradicionais; e
- Responsabilizar, nos termos da legislação em vigor, os agentes públicos responsáveis pela realização de despesas não inscritas no Orçamento Geral do Estado.

5.3.2.2 **Medidas de Incidência no Sector Público Empresarial (SPE)**

- Reduzir efectivamente o papel do Estado nas empresas, criando assim, outro tipo de unidades produtivas e competitivas, através de um programa de ajustamento estrutural do tecido empresarial publico;
- Reforçar os investimentos em infra-estruturas sócio-económicas necessárias ao fortalecimento do sector; e
- Restruir e modernizar as empresas públicas com a implementação de sistemas de produção flexíveis e eficientes.

5.3.2.3 **Outras Medidas do Lado da Despesa**

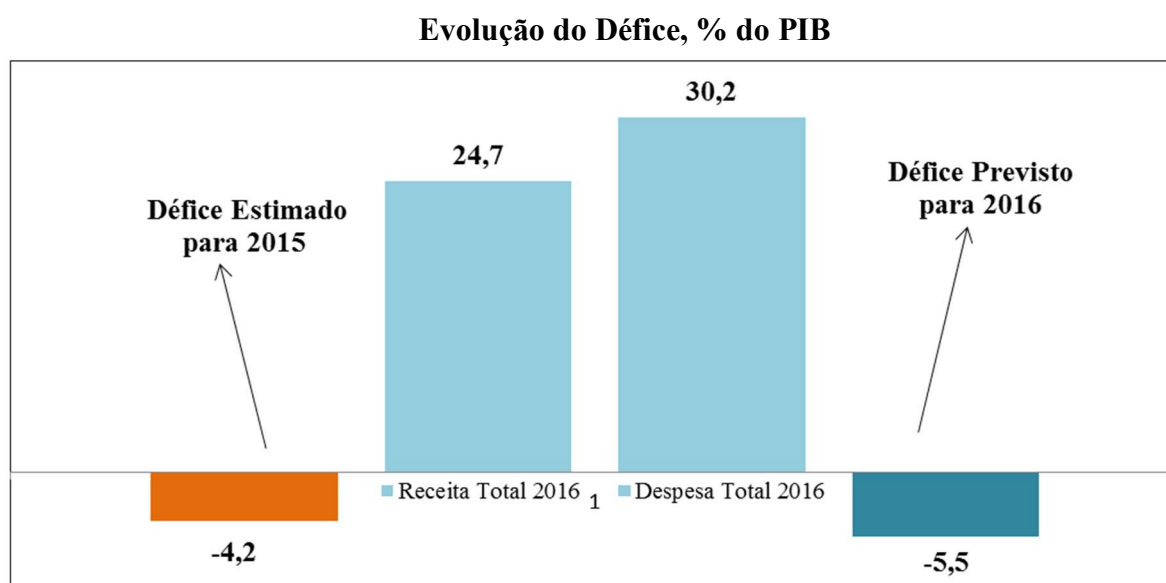
- Racionalizar as participações dos funcionários públicos e das empresas do sector empresarial público em cursos, congressos, seminários e eventos afins, no exterior no exterior do país;
- Dar continuidade ao processo de optimização das subvenções ao preço dos combustíveis, da energia, água e transporte colectivo urbano;
- Recomendar os grandes consumidores institucionais; administração central e local, sector empresarial público, órgão de defesa e segurança, escolas e hospitais de

referência, a optarem, preferencialmente, a aquisição de insumos de produção nacional;

- Assegurar que o acesso às divisas seja garantido àquelas empresas importadoras de equipamentos e matérias-primas, que no circuito de produção nacional incorpore a criação de valor acrescentado, em relação àquelas empresas importadoras de produtos para o consumo corrente, com a excepção da importação de produtos essenciais para a sociedade.

5.4 CENÁRIO FISCAL PARA 2016

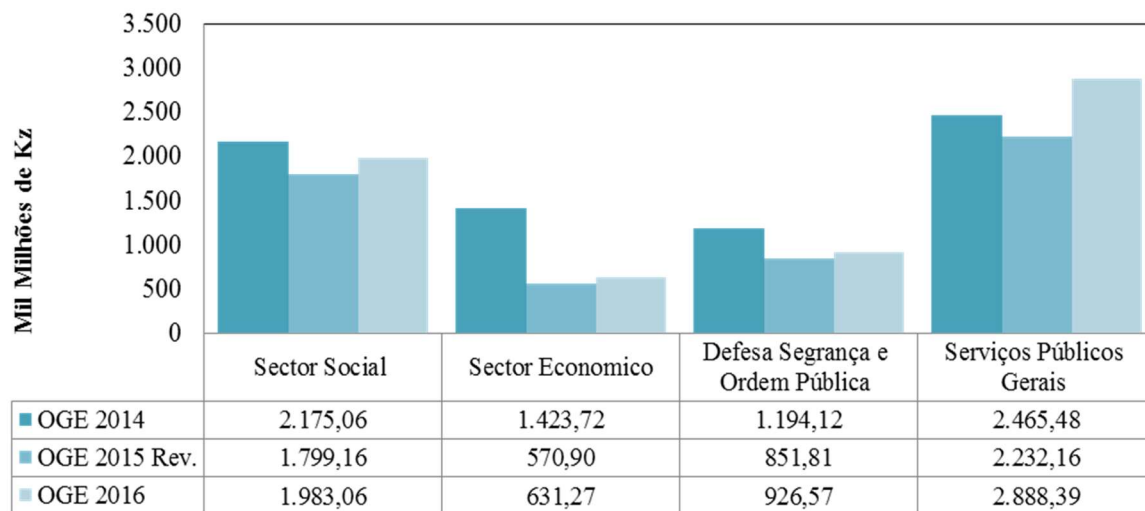
43. As estimativas para os fluxos globais do OGE 2016, apresentados no Quadro Macro-Fiscal 2013-2016, apontam, em valores absolutos, que o OGE 2016 tem Receitas Fiscais projectadas em cerca de Kz 3.514,5 mil milhões e Despesas Fiscais fixadas em cerca de Kz 4.295,7 mil milhões, correspondendo, respectivamente, a 24,7% e 30,2% do PIB. Com efeito, em valor absoluto, prevê-se um Défice Global de Kz 781,2 mil milhões, ou seja, cerca de 5,5% do PIB.
44. O esforço do Executivo para a diversificação da economia vem contemplando a concessão de isenções fiscais. Para o ano de 2016, as isenções fiscais previstas são no montante de Kz 69,48 mil milhões, representando 1,1% do total do OGE.



Fonte: MINFIN.

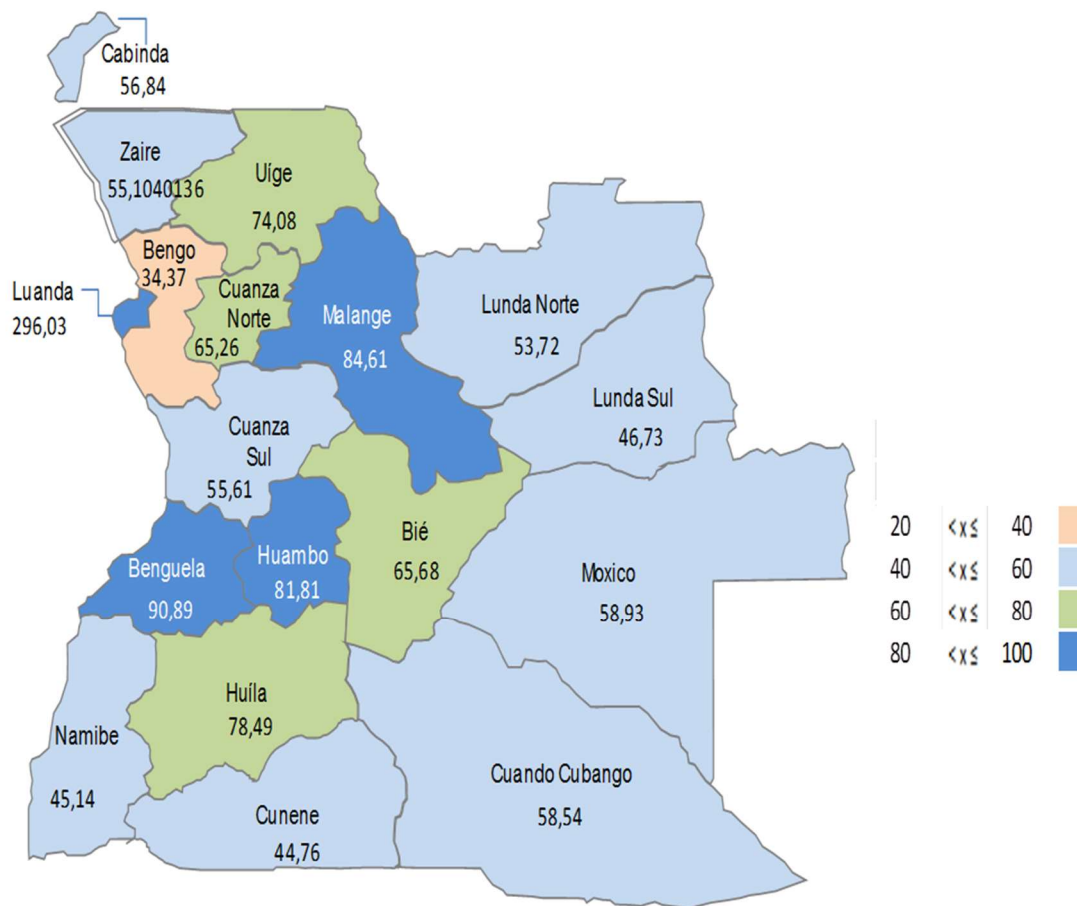
5.4.1 Leitura Funcional e Territorial do OGE 2016

Distribuição Funcional da Despesa Total do OGE



Fonte: MINFIN

Distribuição Territorial da Despesa (excluindo estrutura central e missões diplomáticas)



*Valores em mil milhões de Kwanzas

5.4.2 Fluxos de Origens e Aplicações de Recursos

45. Em termos dos Fluxos de Origem e Aplicação dos Recursos, o OGE 2016 apresenta um montante total de Kz 6.429,29 mil milhões. A proposta orçamental deverá ser financiada em resultado das seguintes operações financeiras activas brutas:
- Desembolsos de financiamentos internos: Kz 1.395,2 mil milhões (US\$ 9.702,2 milhões);
 - Desembolsos de financiamentos externos: Kz 1.518 mil milhões (US\$ 10.556,2 milhões); e
 - Venda de activos: Kz1,6 mil milhões (US\$ 11,4 milhões).
46. Entretanto, as operações financeiras passivas brutas consideradas são as seguintes:
- Amortização da dívida interna: Kz1.284,4 mil milhões (US\$8.932,0 milhões);
 - Amortização da dívida externa: Kz459,1 mil milhões (US\$3.192,5 milhões);
 - Outras aplicações financeiras: Kz390,08 mil milhões (US\$2.712,69 milhões).
47. Tendo em conta essas operações, as projecções indicam um incremento do stock da dívida total do Governo na ordem dos US\$8,1 mil milhões, equivalente a 8,2% do PIB. O stock de dívida governamental esperado é de aproximadamente 49,7% do PIB.

Balanço Macro-Fiscal 2013-2016

Em mil milhões de Kwanzas

Em Percentagem do PIB

N.º	Descrição	2013 Exec.	2014 Prel.	2015 Est.	OGE Rev. 2015	OGE 2016	2013 Exec.	2014 Prel.	OGE Rev. 2015	OGE 2016
1	Receitas	4 848,6	4 402,6	3 240,7	2 692,6	3 514,5	40,2	35,3	23,3	24,7
1.1	Receitas Correntes	4 847,8	4 402,1	3 239,6	2 692,6	3 514,5	40,2	35,3	23,3	24,7
1.1.1	Impostos	4 602,0	4 098,0	2 821,3	2 476,0	3 235,1	38,2	32,9	21,5	22,8
1.1.1.1	Petrolíferos	3 629,8	2 969,8	1 616,3	1 039,2	1 689,7	30,1	23,8	9,0	11,9
	Dos quais: Direitos da concessionária	2 445,6	1 993,5	1 068,2	800,1	1 163,0	20,3	16,0	6,9	8,2
1.1.1.2	Não petrolíferos	972,2	1 128,2	1 205,0	1 436,8	1 545,4	8,1	9,1	12,5	10,9
1.1.1.2.1	Impostos sobre rendimentos, lucros e ganhos de capital	501,6	544,8	683,0	626,0	693,1	4,2	4,4	5,4	4,9
1.1.1.2.2	Impostos sobre folha de salários e força de trabalho	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1.1.1.2.3	Impostos sobre propriedades	21,2	28,2	30,9	37,0	47,0	0,2	0,2	0,3	0,3
1.1.1.2.4	Impostos sobre bens e serviços	201,1	228,9	195,4	371,2	432,0	1,7	1,8	3,2	3,0
1.1.1.2.5	Impostos sobre transações e comércio internacional	124,4	182,0	146,6	260,3	191,4	1,0	1,5	2,3	1,3
1.1.1.2.6	Outros impostos	123,9	144,3	149,2	142,2	181,9	1,0	1,2	1,2	1,3
1.1.2	Contribuições sociais	120,7	86,9	165,0	127,5	153,0	1,0	0,7	1,1	1,1
1.1.3	Doações	1,8	1,5	1,5	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1.1.4	Outras receitas	123,2	215,7	251,8	87,6	126,4	1,0	1,7	0,8	0,9
1.2	Receitas de Capital	0,8	0,5	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2	Despesa Total	4 816,4	5 222,0	3 776,2	3 499,1	4 295,7	39,9	41,9	30,3	30,2
2.1	Despesas correntes	3 437,3	3 666,6	2 639,7	2 862,3	3 480,1	28,5	29,4	24,8	24,5
2.1.1	Remuneração dos empregados	1 154,8	1 318,9	1 412,9	1 487,9	1 497,4	9,6	10,6	12,9	10,5
2.1.1.1	Vencimentos	1 083,7	1 246,7	1 328,5	1 408,7	1 420,5	9,0	10,0	12,2	10,0
2.1.1.2	Contribuições sociais	71,1	72,2	84,4	79,2	76,9	0,6	0,6	0,7	0,5
2.1.1.3	Bens e serviços	1 228,3	1 247,7	411,4	692,2	995,2	10,2	10,0	6,0	7,0
2.1.1.4	Juros	99,1	149,5	261,0	231,0	307,4	0,8	1,2	2,0	2,2
2.1.1.4.1	Externos	40,1	61,9	91,0	93,5	155,0	0,3	0,5	0,8	1,1
2.1.1.4.2	Internos	59,0	87,6	170,0	137,5	152,3	0,5	0,7	1,2	1,1
2.1.1.5	Transferências correntes	955,0	950,4	554,4	451,2	680,2	7,9	7,6	3,9	4,8
2.1.1.5.1	Subsídios	710,2	668,2	222,9	154,3	370,1	47,3	5,4	1,3	2,6
2.1.1.5.2	Doações	2,9	6,1	3,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2.1.1.5.3	Prestações sociais	210,2	233,3	212,0	184,8	199,8	1,7	1,9	1,6	1,4
2.1.1.5.4	Outras despesas	31,7	42,9	116,2	112,1	110,3	0,3	0,3	1,0	0,8
2.2	Despesas de Capital	1 379,1	1 555,4	1 136,5	636,8	815,6	11,4	12,5	5,5	5,7
2.2.1	Aquisição de activos não financeiros	1 376,4	1 547,3	1 118,1	622,1	815,6	11,4	12,4	5,4	5,7
2.2.1.1	Activos fixos	1 376,1	1 546,2	1 118,1	622,1	815,6	11,4	12,4	5,4	4,5
2.2.2	Outras	2,7	8,1	18,4	14,7	0,0	0,0	0,1	0,1	1,2
	Saldo Global (compromisso)	32,3	-819,4	-535,5	-806,5	-781,2	0,3	-6,6	-7,0	-5,5
3	Restos a pagar e a receber	323,5	517,3	0,0	0,0	0,0	2,7	4,2	0,0	0,0
	Saldo Global (caixa)	355,7	-302,1	-535,5	-806,5	-781,2	3,0	-2,4	-7,0	-5,5
4	Financiamento líquido	-355,7	302,1	535,5	806,5	781,2	-3,0	2,4	7,0	5,5
4.1	Financiamento interno (líquido)	-538,9	-135,5	121,9	93,6	-277,7	-4,5	-1,1	0,8	-2,0
4.1.1	Activos	-731,0	-549,3	313,1	-279,9	-328,1	-6,1	-4,4	-2,4	-2,3
4.1.1.1	Moedas e Depósitos	-597,1	-329,9	332,5	0,0	0,0	-5,0	-2,6	0,0	0,0
4.1.1.1.1	Depósito (Líquido)	-597,1	-329,9	332,5	0,0	0,0	-5,0	-2,6	0,0	0,0
4.1.1.1.1.1	Bancos	-597,1	-329,9	332,5	0,0	0,0	-5,0	-2,6	0,0	0,0
4.1.1.2	Outros activos	-133,8	-219,3	-19,5	-279,9	0,0	-1,1	-1,8	-2,4	0,0
4.1.2	Passivos	192,1	413,8	-191,1	373,6	50,4	1,6	3,3	3,2	0,4
4.1.2.1	Crédito líquido obtido	192,1	413,8	-191,1	463,9	110,8	1,6	3,3	4,0	0,8
4.1.2.1.1	Desembolsos	1 292,7	1 625,8	1 477,2	1 654,1	1 395,2	10,7	13,0	14,3	9,8
4.1.2.1.1.1	Obrigações do Tesouro	427,6	454,4	864,1	989,6	1 038,2	3,5	3,6	8,6	7,3
4.1.2.1.1.2	Bilhetes do Tesouro	305,7	480,8	598,4	197,6	285,0	2,5	3,9	1,7	2,0
4.1.2.1.1.3	Outros	559,3	690,6	14,7	466,9	72,0	4,6	5,5	4,0	0,5
4.1.2.1.1.4	Amortizações	-1 100,6	-1 212,1	-1 668,4	-1 190,2	-1 284,4	-9,1	-9,7	-10,3	-9,0
4.1.2.1.1.1.1	Obrigações do Tesouro	-201,8	-160,4	-466,6	-230,3	-382,4	-1,7	-1,3	-2,0	-2,7
4.1.2.1.1.2	Bilhetes do Tesouro	-139,4	-361,1	-949,0	-235,2	-685,6	-1,2	-2,9	-2,0	-4,8
4.1.2.1.1.3	Outros	-759,4	-690,6	-252,9	-724,7	-216,4	-6,3	-5,5	-6,3	-1,5
4.1.2.2	Outros passivos	0,0	0,0	0,0	-90,3	-60,3	0,0	0,0	-0,8	-0,4
4.2	Financiamento externo (líquido)	183,2	437,6	413,6	712,8	1 058,9	1,5	3,5	6,2	7,4
4.2.1	Activos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4.2.2	Passivos	183,2	437,6	413,6	712,8	1 058,9	1,5	3,5	6,2	7,4
4.2.2.1	Empréstimos líquidos recebidos	183,2	437,6	413,6	712,8	1 058,9	1,5	3,5	6,2	7,4
4.2.2.1.1	Desembolsos	379,9	731,5	737,0	1 105,5	1 518,0	3,2	5,9	9,6	10,7
4.2.2.1.1.1	Empréstimos financeiros	0,0	0,0	0,0	170,3	0,0	0,0	0,0	1,5	0,0
4.2.2.1.1.2	Linhas de crédito	379,9	731,5	737,0	396,5	533,9	3,2	5,9	3,4	3,8
4.2.2.1.1.3	Projectos	0,0	0,0	0,0	538,7	984,1	0,0	0,0	4,7	6,9
4.2.2.1.1.4	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4.2.2.1.2	Amortizações	-196,7	-294,0	-323,4	-392,6	-459,1	-1,6	-2,4	-3,4	-3,2
4.2.2.2	Outros passivos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Discrepâncias	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Saldo Primário Não Petrolífero	-3 498,5	-3 639,7	-1 890,8	-1 614,7	-2 163,6				
	Saldo Primário Não Petrolífero (% do PIB NP)	-48,3	-44,6	-20,3	-17,4	-23,3				
	Memo:									
	Inflação ac. (%)	7,7	7,5	13,8	9,0	11,0				
	Taxa de câmbio média (Kz/US\$)	96,6	98,3	125,98	112,5	-				
	Exportações de petróleo bruto (milhões de barris)	626,3	610,2	689,4	669,8	689,4				
	Preço do petróleo bruto (US\$/barril)	107,7	96,9	53,0	40,0	45,0				
	Produto Interno Bruto (mil milhões de Kz)	12 056,3	12 462,3	12 745,6	11 534,9	14 218,1				
	PIB petrolífero	4 817,8	4 304,3	3 249,73	2 230,48	3 301,68				
	PIB não petrolífero	7 238,6	8 158,0	9 495,9	9 304,4	10 916,4				
	Taxa de Cresc. Produto Real (% chg)	6,8	4,8	4,0	6,6	3,3				
	Stock da Dívida Governamental (US\$ mil milhões)	30,6	39,3	41,0	47,0	49,2				
	Percentagem do PIB	24,5	31,0	40,5	45,8	49,7				
	Dívida Externa (US\$ mil milhões)	15,7	20,2	23,4	24,6	30,8				
	Percentagem do PIB	12,6	15,9	23,2	24,0	31,1				
	Dívida Interna (US\$ mil milhões)	14,9	19,1	17,6	22,4	18,4				
	Percentagem do PIB	12,0	15,1	17,4	21,8	18,6				

5.5 RISCOS PARA O CENÁRIO FISCAL

48. A conjuntura económica nacional e internacional revela riscos, especialmente associados a riscos macroeconómicos como o i) choque do preço do petróleo, a ii) choque da produção petrolífera, a iii) emissão de Eurobonds, e iv) depreciação da taxa de câmbio. A escolha dos instrumentos apropriados de mitigação dos riscos percebidos será determinante para a uma execução fiscal sustentável em 2016.